O embrião da emancipação

Luiz Marques

22/06/2026

1.

O entre guerras suscita a ideia de uma comunidade enraizada no solo nacional, com laços de sangue. A identificação orgânica entre a nação e o Estado, a moral pública e a moral privada, no intuito de eliminar as contradições da sociedade produz o "indivíduo ariano". Os paradigmas históricos revitalizam as ideologias que apelam a um totalitarismo.



Na Itália, o fascismo da primeira metade do século XX acena para o cesarismo da Roma Imperial. Na Alemanha, o nazismo pede benção aos povos germânicos antigos. Nos Estados Unidos, o trumpismo busca um respaldo na "*America First*". No Brasil, o bolsonarismo cobra o retorno ao tempo em que a autoridade do argumento cede ao argumento da autoridade.

"É melhor viver um dia como um leão do que uma centena de anos como uma ovelha", anota Benito Mussolini em epígrafe num famoso discurso. Tal ânimo emocional nutre a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, para impedir a certificação da vitória de Joe Biden pelo Congresso no pleito presidencial. Idem, no vandalismo ocorrido na Praça dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

Em ambos os casos, o ressentimento é decisivo para implantar os regimes de exceção. Daí ao grito "*Viva la muerte!*" pelos fascistas do general Francisco Franco na Espanha, é um passo. A ruptura das tradições de mando e obediência, do supremacismo racial e sexista provoca o ódio na reação. O Estado de direito democrático vira o alvo por abrigar a luta pelo "direito a ter direitos".

A possibilidade de diferentes setores da sociedade descontarem sua sujeição aos de cima, pisando sobre os que estão em um degrau inferior, funciona qual um contrapeso. Coisa fácil em países com piso salarial abaixo do que é imprescindível à subsistência dos batalhadores. Sempre há alguém em quem descontar.

2.

O imperialismo estadunidense e o teocratismo israelense espalham o terror para redimensionar a multipolaridade. Lançam bombas sobre os corpos na ilusão de matar os sonhos. A ocupação colonial contemporânea encadeia três poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. Hoje a prática de antanho em colônias se infiltra nas democracias para corroer a confiança nas instituições – universidades públicas, órgãos de fiscalização, etc.

Guerras fazem parte do cardápio; a cada quatorze meses estoura uma no globo. Crescem os investimentos na Defesa (Europa, EUA, Rússia, China, Índia). A "guerra de civilizações" se espalha. Na América Latina, a extrema direita trai sua pátria com um alinhamento que se estende ao genocídio na Faixa de Gaza, onde o "cessar fogo" não evita que as crianças palestinas sejam mortas.

Para José Luís Fiori, no artigo *Uma grande derrota estratégica*: "Nem a hegemonia unipolar, nem o império são capazes de ordenar e pacificar o 'sistema interestatal capitalista'. A força capaz de mantê-lo hierarquizado e pacificado é a possibilidade de uma nova guerra". O delicado "equilíbrio do terror" nunca sai de moda dados os arsenais nucleares do medo.

Espera-se que o acordo de paz entre os EUA e o Irã, assinado por Donald Trump e Masoud Pezeshkian, esteja a sinalizar um capítulo inédito da história mundial. Se assim for, o redesenho geopolítico deixará Israel à margem do jogo e o cão *pitbull* raivoso preso em uma coleira.

De um lado, a grande potência do Norte necessita da guerra para expandir-se; de outro, no momento em que se sente ameaçada ignora as regras fixadas com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Então atropela as barreiras éticas e jurídicas do bom senso, que garantia a previsibilidade sistêmica. Nada assegura que não vai repetir a dose.

3.

A movimentação das finanças e o monopólio tecnológico converte pessoas "em simples autômatos controlados por um sistema político ditatorial e uma doutrina econômica divorciada da promoção do bem-estar", alerta Miguel Nicolelis, em *O verdadeiro criador de tudo*. A "revolução digital" arrocha o torniquete sobre a democracia, desloca o eixo que estrutura a realidade e solapa a própria condição de vida para o *Homo sapiens*.

No entanto, quando destacamos a questão da organização política sobressai na leitura da história a crítica à concepção liberal (centrada no indivíduo) e à cosmovisão fascista (focada no tirano). O "novo príncipe" não é um ente atomizado, individualizado, senão o sujeito coletivo. Com um viés universalista para juntar as peças identitárias no tabuleiro.

A hegemonia em construção pelo conjunto das esquerdas requer uma direção para implementar a "reforma intelectual e moral" das relações sociais, tendo por base as experiências díspares das vanguardas. A disputa ideológica no cotidiano serve para preparar a "contra-hegemonia" alternativa de valores, referências, percepções, imagens, símbolos e desejos.

Trata-se agora de promover os interesses gerais com o vetor do bem comum para que a ordem do egoísmo seja superada pelos ideais do MST, MTST, CUT, UNE, LGBT+, feminismo, antirracismo, economia solidária e trabalhadores de aplicativos em combinação com uma representação institucional dos partidos transformadores. Suas lutas desenvolvem o embrião da emancipação dos oprimidos e explorados. O século XXI está em aberto.

A mudança na escala de trabalho 6×1 e a campanha para as eleições incentivam a unidade do campo progressista e fortalecem a consciência política da população. Além de distribuir materiais e panfletos, os comitês eleitorais devem presentificar uma sociabilidade futura pela empatia com o sofrimento das periferias. O programa democrático e popular reatualiza na práxis política as bandeiras utópicas da igualdade e da fraternidade.

Como no poema de Thiago de Mello, desde já: “Fica proibido o uso da palavra liberdade, / a qual será suprimida dos dicionários / e do pântano das bocas. / A partir deste instante / a liberdade será algo vivo e transparente / como um fogo ou um rio / ou como a semente do trigo”.

***Luiz Marques** é Docente de ciência política na UFRGS; ex-secretário estadual de Cultura.*

Compartilhe nas redes: